

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo Vice-Presidência Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

BOLETIM DE PRECEDENTES

Vitória, 06 de fevereiro de 2025 Edição nº 01/2025 - 20/12/2024 a 31/01/2025

APRESENTAÇÃO

O Boletim do NUGEP-ES visa a auxiliar o Poder Judiciário do Estado do Espirito Santo na divulgação das notícias referentes à Repercussão Geral (RG), aos Recursos Repetitivos (RR), aos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e ao Incidente de Assunção de Competência (IAC), para os fins dos artigos 985, 1.035, § 8º, 1.039, 1.040 e 1.041 do Código de Processo Civil, em cumprimento ao artigo 7º, inciso VIII, da Resolução 235/2016 do CNJ.

Por oportuno, as informações veiculadas compreendem as afetações, publicações e trânsito em julgado dos precedentes, igualmente àqueles que, por ventura, forem rejeitados como representativos de controvérsia.

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do TJES.

RECURSOS REPETITIVOS - STJ

AFETAÇÃO

- DIREITO ADMINISTRATIVO

• **TEMA 1305** – Paradigmas RESP 2176896/DF, RESP 2176897/DF, RESP 2182157/DF e RESP 2184221/DF

Questão submetida a julgamento: "Definir: a) se a União deve figurar no polo passivo de demanda em que se pretende a revisão da Tabela de Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares do Sistema Único de Saúde - SUS; b) a (in)existência de litisconsórcio passivo necessário entre os entes federativos para integrarem a lide; e c) se é possível equiparar os valores da Tabela de Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares do Sistema Único de Saúde - SUS aos estabelecidos pela Agência da Nacional de Saúde - ANS (TUNEP/IVR), com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro de contrato ou convênio firmado com hospitais privados, para prestação de serviços de saúde em caráter complementar".

Na oportunidade, a Primeira Seção do STJ determinou a "suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a mesma matéria e tramitem no território nacional, nos termos do art. 1.037, II, do CPCP/15".

Data da afetação: 08/01/2025

- DIREITO PENAL

TEMA 1303 – Paradigma RESP 2161548/BA

Questão submetida a julgamento: "Definir se a ausência de confissão pelo investigado a respeito do cometimento do crime, durante a fase de inquérito policial, constitui

fundamento válido para o Ministério Público não ofertar proposta de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP)".

Na oportunidade, a Terceira Seção do STJ <u>não determinou a suspensão nacional de todos</u> <u>os processos</u>.

Data da afetação: 23/12/2024

- DIREITO TRIBUTÁRIO

TEMA 1304 - Paradigmas RESP 2119311/SC, RESP 2143866/SP e RESP 2143997/SP

Questão submetida a julgamento: "Definir se é possível, ou não, excluir o ICMS, o PIS e a COFINS da base de cálculo do IPI, a partir do conceito de 'valor da operação' inserto no art. 47, II, a, do CTN; e no art. 14, II, da Lei 4.502/64".

Na oportunidade, a Primeira Seção do STJ determinou a "suspensão do processamento de todos os processos, individuais ou coletivos, que versem sobre a mesma matéria, nos quais tenha havido a interposição de recurso especial ou de agravo em recurso especial, na segunda instância, ou que estejam em tramitação no STJ, observada a orientação prevista no art. 256-L do RISTJ".

Data da afetação: 08/01/2025

REPERCUSSÃO GERAL - STF

Vide boletim "Repercussão Geral em pauta" do STF nº 319 em anexo.

TEMAS COM ACÓRDÃO DE MÉRITO PUBLICADO

- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

• **TEMA 1214** – Paradigma RE 1363013

Tese firmada: "É inconstitucional a incidência do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD) sobre o repasse aos beneficiários de valores e direitos relativos ao plano vida gerador de benefício livre (VGBL) ou ao plano gerador de benefício livre (PGBL) na hipótese de morte do titular do plano".

Data de publicação do Acórdão: 08/01/2025

TEMAS COM TRÂNSITO EM JULGADO

- DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

Trânsito em julgado no TEMA 975 - RE 1167842

Tese firmada: "O art. 43, caput e § 1º, da Lei Complementar estadual 1.059/2008, de São Paulo, é formal e materialmente constitucional. A natureza indenizatória da conversão de licença-prêmio em pecúnia é válida somente no que se refere ao valor total da indenização. O teto remuneratório constitucional incide na base de cálculo utilizada para computação do valor a ser pago a título de indenização de licença-prêmio não gozada, equivalente à remuneração a que o servidor faz jus no momento de sua aposentadoria."

Trânsito em julgado em: 20/12/2024

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- DIREITO PREVIDENCIÁRIO

• DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO NACIONAL NO TEMA 1271

Questão submetida a julgamento: "Exclusão da criança e do adolescente sob guarda do rol de beneficiários, na condição de dependentes, do segurado do Regime Geral de Previdência Social, implementada pelo art. 23 da Emenda Constitucional nº 103/2019."

Determinação de Suspensão Nacional: "(...) Ante o exposto, com fundamento no art. 1.035, § 5º, do Código de Processo Civil, determino a suspensão nacional de processos que tratam da questão controvertida no Tema nº 1.271 do ementário da Repercussão Geral, de forma a impedir a prolação de decisões de mérito, até o julgamento deste recurso extraordinário".

Data da Publicação da Determinação de Suspensão Nacional: 21/01/2025

- DIREITO TRIBUTÁRIO

• DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO NACIONAL NO TEMA 1297

Questão submetida a julgamento: "Imunidade tributária recíproca sobre bens afetados à concessão de serviço público."

Determinação de Suspensão Nacional: "(...) Ante o exposto, defiro os pedidos principais contidos nas Petições STF nº 151.561/2024, nº 152.083/2024, nº 160.542/2024 e nº 162.086/2024, com a finalidade de decretar a suspensão, em todo o território nacional, dos feitos judiciais e administrativos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão vazada neste tema de repercussão geral, nos termos do art. 1.035, § 5º, do CPC".

Data da Publicação da Determinação de Suspensão Nacional: 20/12/2024